**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE MANAUS**

Ronilda Rodrigues Couto da Silva[[1]](#footnote-1)

Fabiane Maia Garcia[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** ronilda.silva@seduc.net

**GT 1** – Educação, Estado e Sociedade na Amazônia

**Resumo**: O objetivo deste trabalho centralizou-se em analisar, mediante o princípio da gestão democrática, a concepção e participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico-PPP de duas escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Manaus-SEMED. Para tanto, segundo abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, pedagogos, professores, pais e/ou responsáveis, serviço de apoio administrativo e/ou pedagógico, representantes do conselho escolar e da comunidade local. Apesar dos esforços em reconhecer o PPP como instrumento norteador das ações da escola, os resultados apontam limitações para a sua construção coletiva, cujo princípio democrático ainda se demonstra uma realidade distante. Dessa forma, lançam-se reflexões quanto à preocupação em estabelecer uma (re)organização do trabalho pedagógico com base na colaboração dos atores envolvidos para uma formação mais cidadã, cuja SEMED detém um papel crucial na garantia de planejamentos, assessoramentos e programas de formação que subsidiem a formulação desse documento.

**Palavras-chave**: Gestão Democrática, Comunidade Escolar, Projeto Político-Pedagógico.

**INTRODUÇÃO**

A gestão escolar democrática, assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n⁰ 9.394/1996 (BRASIL, 1996), representa o modelo mais apropriado ao gerenciamento dos sistemas de ensino públicos escolares brasileiros. Nesse sentido, essa perspectiva perpassa pela construção e promoção de espaços e instrumentos para a participação dos distintos atores sociais, que circundam o ambiente escolar, no planejamento de ações orientadoras para o processo formativo (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2018; VEIGA, 2020).

Por esse ângulo, conforme Libâneo (2021), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) trata-se de um documento que descreve e direciona os objetivos e as ações do trabalho educativo a ser desenvolvido nas escolas, requerendo-se coerência com a realidade em que estão situadas. Em conformidade, a LDBEN (BRASIL, 1996), que reafirma o princípio constitucional da gestão democrática e estabelece diretrizes para a gestão dos sistemas de ensino da Educação Básica, recomenda a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP e das comunidades escolar e local em conselhos e situações equivalentes de modo dinâmico e articulado.

Em concordância com Veiga (2009, p. 167), a comunidade escolar pode ser compreendida como o conjunto de “professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro”. Em vista disso, todos podem e devem contribuir em questões que causam consequências diretas no âmbito educacional.

A presença e colaboração dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar na tomada de decisões, portanto, oportuniza uma concepção mais apurada acerca de propósitos, visões, normas e princípios da escola e sua estrutura organizacional, bem como um ambiente propício à interação entre pais, alunos e professores (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2018).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho centralizou-se em analisar, mediante o princípio da gestão democrática, a concepção e participação da comunidade escolar na construção do PPP de duas escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, situadas na Zona Sul de Manaus-Amazonas.

**METODOLOGIA**

A fim de atender o objetivo proposto, este estudo pautou-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa uma vez que foram priorizadas as concepções da comunidade escolar perante o processo de formulação do PPP de suas instituições. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa pauta-se no ambiente em que os sujeitos estão inseridos, bem como em seus anseios e opiniões.

Em coerência, a investigação foi realizada em duas escolas públicas de Ensino Fundamental - vinculadas à Divisão Regional de Educação (DRE I) e à Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Manaus) -, localizadas no bairro Japiim I (Escola A) e no bairro Praça 14 de Janeiro (Escola B). Cumpre destacar que o PPP de tais escolas encontrava-se em processo de implementação no ato da coleta de dados, perspectiva que se tornou um critério para a inclusão de ambas ao cenário da pesquisa.

Com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a investigação contou com uma população de 36 participantes. Segundo codificação entre parênteses, foram contemplados representantes de diferentes segmentos das duas escolas: duas gestoras (GE); quatro pedagogos (PE); quatro representantes do conselho escolar (CE); dois representantes comunitários (RC); quatro pais e/ou responsáveis (RE); dois funcionários administrativos (AD); dezoito professores (PR).

Quanto ao método de recolha de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada, constituída por um roteiro de questionamentos norteadores, cuja forma e ordem de expressá-los foi adaptada conforme a fomentação de cada diálogo (GIL, 2019). As perguntas foram lançadas para verificar as concepções e participação da comunidade escolar no processo de construção do PPP.

Dentre outros aspectos, ressalta-se que as entrevistas ocorreram individualmente no próprio espaço escolar. A respeito dos procedimentos de análise e discussões de dados, sucederam-se em uma perspectiva dialética, descritiva e interpretativa, à luz do princípio da gestão democrática, com base na constituição de categorias de análise.

**RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Com o intuito de analisar as concepções dos entrevistados acerca do objeto de estudo, os traços comuns emergentes nos depoimentos foram transformados em duas categorias de análise: importância do PPP para a gestão democrática e participação da comunidade escolar em seu delineamento; formas de participação e obstáculos para/na construção.

A primeira categoria destinou-se a verificar a relevância do PPP para comunidade escolar com base no princípio de tomada de decisões. Para tanto, lançou-se tal reflexão aos gestores, pedagogos, professores e representantes do conselho escolar, cujos relatos convergiram para as funções que o PPP desempenha quanto à: identidade, incentivo e respaldo escolar; orientação do trabalho pedagógico e administrativo; valorização e integração da comunidade escolar; garantia de um ensino de qualidade.

Entretanto, segundo os professores entrevistados, principalmente da Escola B, o princípio democrático ainda se encontra distante da realidade de suas instituições: “Quando de fato é participativo, com todos os segmentos, o PPP realmente passa a ser a identidade da escola, infelizmente, aqui não foi assim de forma democrática" (PR1/B); “O PPP não existe, somente na teoria e digitado em um papel. Quem participa são aqueles que não opinam, não criticam, não leem, apenas assinam" (PR2/B).

A maioria dos entrevistados compreende o PPP como guia de todas as ações da escola, desmistificando a ideia de que o PPP consiste apenas em um mero agrupamento de objetivos e atividades idealizadoras. Logo, quando construído comunitariamente e com base no contexto em que a escola está inserida, proporciona mecanismos de gestão e vivência democráticas, além de despertar o senso de responsabilidade na tomada de decisões e efetivação das ações planejadas (VEIGA, 2020; LIBÂNEO, 2021).

A segunda categoria concerne às formas de participação da comunidade escolar e dificuldades encontradas na construção do PPP. Embora salientados entraves relacionados à incompatibilidade de horário, destacou-se uma participação parcial de pais e professores no processo de delineamento do documento. Nesse sentido, suas atuações sucederam-se em reuniões, planejamentos de aulas, discussões referentes ao processo escolar e sugestões de movimentos para melhoria do ensino.

No que diz respeito aos obstáculos percorridos no ato de participação, os entrevistados sublinharam uma limitação mais preponderante quanto ao núcleo familiar - uma vez que se ausentam nas reuniões - e docente - com ênfase naqueles que trabalham em outras unidades, pois comprometem o encontro de todos que atuam na mesma escola. Por esse ângulo, destacaram-se os seguintes relatos: “O tempo foi o principal problema, não temos tempo para tantas reuniões” (PR1/A); “A SEMED dá um prazo para construir e nem sempre o prazo é adequado às necessidades e à realidade da escola (PR1/B); “O problema é que nós pais não temos tempo para participar, geralmente as reuniões são realizadas durante a semana e a gente trabalha” (RE1/B).

Apesar disso, as duas escolas se esforçaram no intuito de possibilitar a integração da comunidade escolar no ato de formulação do PPP, com cerne nos momentos de discussão e tomadas de decisões. Em concordância com Libâneo, Oliveira e Toschi (2018), defende-se que o PPP cumpra seu papel quanto à promoção de mais situações e ambientes, cujos sujeitos do meio escolar, familiar e local possam atuar na identidade e planejamento escolar coletivamente. Com vistas à gestão democrática, espera-se um direcionamento mais preciso quanto ao modo que será realizado o trabalho pedagógico conforme o conjunto de atores sociais que influenciam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do objetivo proposto e depoimentos dos entrevistados, infere-se que a comunidade escolar reconhece a importância do PPP como instrumento norteador das práticas pedagógicas das escolas. No entanto, quanto ao processo de participação da comunidade escolar na elaboração dos projetos das escolas selecionadas para a investigação, os relatos revelam que os encontros para o delineamento do documento se restringiram a rápidas informações e discussões no horário do planejamento escolar.

Por conta disso, lançam-se reflexões no que concerne à etapa de construção do PPP, a qual precisa fundamentar-se na preocupação em instaurar uma (re)organização do trabalho pedagógico com base em um diagnóstico da realidade de cada instituição. Frente ao fluxo contínuo de transformações, cenários e situações adversas, como a própria Pandemia de Covid-19, o PPP precisa ser revisitado, atualizado e refletido continuamente. Em coerência com as dificuldades ressaltadas - pelos gestores e pedagogos entrevistados - em gerir e articular a equipe de professores, pais e representantes da comunidade local, aponta-se que a aceitabilidade do PPP está relacionada ao grau de participação da comunidade escolar/local e nível de envolvimento desses sujeitos com o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, a SEMED/Manaus detém um papel primordial na garantia de ações que subsidiem a formulação desse documento por meio de planejamentos, assessoramentos, programas de formação e acompanhamentos na (re)elaboração do PPP das escolas de sua rede de ensino. Evidencia-se a pertinência de estudos voltados à construção e fiscalização de políticas públicas educacionais, que contemplem estratégias de consubstanciação quanto ao que se propõe nos projetos, sua coerência com as esferas - familiar, social, cultural, política e econômica - e contextos - local, regional e nacional - que perpassam pelo o processo educativo, cuja participação dos atores envolvidos, dentro ou fora das escolas, contribuem para uma formação mais cidadã e alicerçada no princípio democrático.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Lei n**º **9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Casa Civil, 1996**.**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2021.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o Jogo**: democracia e patriotismo na educação brasileira. Campinas: UNICAMP, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática Novos marcos para a educação de qualidade. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 7. reimp.Campinas:Papirus Editora, 2020.

1. Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar, Mestre em Educação e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia. Polo Manaus. Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é assessora pedagógica do Escritório de Gestão de Projetos – ESCPROJ/SEDUC/SEDE. E-mail: ronilda.silva@seduc.net [↑](#footnote-ref-1)
2. Pedagoga, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia- UFAM, Doutora em Educação pela Universidade do Minho – Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UFAM. E-mail: fgarcia@ufam.edu.br [↑](#footnote-ref-2)